

# Líderes tentam hoje acordo para Reforma Agrária

BRASÍLIA — As Lideranças de partidos e de grupos na Constituinte se reúnem na manhã de hoje para tentar um acordo sobre a Reforma Agrária. Uma questão, pelo menos, está definida: somente a grande propriedade será passível de desapropriação. A principal polêmica é sobre a definição da função social da propriedade. Segundo o Deputado Antônio Brito (PMDB-RS), a tendência é remeter a questão à lei ordinária.

A Comissão de Sistematização aprovou um texto determinando que ao direito de propriedade corresponderá uma função social. Segundo a Sistematização, esta função é cumprida quando, simultaneamente, a propriedade "é racionalmente aproveitada; conserva os recursos naturais e preserva o meio ambiente; observa as disposições legais que regulam as relações de trabalho; favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores".

As lideranças rurais querem que apenas ao uso da propriedade corresponda uma função social, deixando garantido o direito de posse sem requisitos esta-

belecidos. Elas propõem, ainda, que a lei defina quando esta função não está sendo cumprida.

O texto proposto pelo Centrão é bem semelhante ao da Sistematização, com a diferença de que a exploração da terra deve se preocupar com a preservação do meio ambiente e o favorecimento do bem-estar do proprietário e dos trabalhadores. Os demais itens são semelhantes ao texto da Sistematização.

Apesar aparentemente simples, o Deputado Antônio Brito lembra que esta questão foi a que provocou maior radicalização na sub-comissão e depois na Comissão Temática e acabou motivando manifestações de produtores e trabalhadores rurais, em Brasília. No entanto, quando votada na Sistematização, só recebeu os votos contrários do PT e do PC do B, sendo aprovado o texto do acordo por 80 votos, de um total de 93. Para ele, "quem estiver apostando numa estratégia de radicalização acabará passando para a história da Constituinte como um grande derrotado".

2 \* MAI 1988

• GLOBO